

Transcrição Just Talk #69 - Ouvidoria da Mulher

Tais: Somente no ano passado, a Justiça do Espírito Santo recebeu 14.487 novos processos de violência doméstica e familiar. Dentre eles, 27 casos de feminicídios. Para estreitar os laços do Judiciário com a Sociedade, o Tribunal acaba de criar a primeira Ouvidoria da Mulher no estado, mais um canal para receber reclamações, orientar e informar sobre os processos relacionados à população feminina. Eu sou Tais Valle e convido a desembargadora Rachel Durão Correa Lima, que é a Ouvidora da Mulher para explicar a importância dessa iniciativa.

Tais: Olá Desembargadora, seja bem-vinda. Parabéns por estar à frente desse novo canal de diálogo com a população. Qual vai ser a principal missão da Ouvidoria?

Rachel: Olá Tais, inicialmente eu gostaria de agradecer pela oportunidade de participar desse podcast. Estou muito feliz de poder contribuir de alguma forma na divulgação desse canal tão importante de comunicação entre o Poder Judiciário e a sociedade. Cabe à ouvidoria, receber informações, sugestões, denúncias e reclamações a respeito da tramitação de processos judiciais relativos à violência contra a mulher, e ainda orientar a mulher sobre os seus direitos.

Tais: A cada ano chegam milhares de novos processos de violência doméstica no Tribunal. Em 2021 foram iniciados mais de 14 mil processos. Neste ano já são cerca de 7 mil novos casos. A ouvidoria vai contribuir para agilizar a tramitação desses processos que já tramitam?

Rachel: Com toda certeza a Ouvidoria da Mulher trará mais agilidade e transparência aos processos envolvendo violência contra a mulher. Isso porque, em caso de demora na tramitação no processo judicial, a ouvidoria poderá solicitar informações ao juiz que está com o processo para que o mesmo confira prioridade na tramitação

Tais: Uma mulher ou testemunha de violência doméstica pode fazer denúncia na Ouvidoria?

Rachel: Uma questão que eu quero frisar é que a Ouvidoria da mulher não tem a função específica de receber denúncia de violência contra a mulher. Agora, caso seja recebida alguma denúncia de violência de qualquer espécie, nós vamos orientar a respeito do adequado direcionamento dessa denúncia, que pode ser para o Ministério Público ou para uma autoridade policial. Qualquer um pode acessar a Ouvidoria da Mulher não sendo necessário que somente a vítima o faça. Aquele que aciona a ouvidoria da mulher, caso queira, pode ter sua identidade preservada.

Tais: Como vai ser o acesso à Ouvidoria da Mulher?

Rachel: O acesso à ouvidoria da Mulher vai ser dado da mesma maneira que o acesso à Ouvidoria Judiciária, que já existe. Pode ser de forma presencial, na sede da Ouvidoria

que funciona no prédio da Corregedoria, ou ainda por meio de carta, e-mail, ligação telefônica, formulário eletrônico e também através de balcão virtual.

Tais: Hoje quais são ainda os principais motivos que levam mulheres a continuar vivendo relacionamentos abusivos?

Rachel: Essa não é uma pergunta fácil de responder, Tais. São vários fatores que levam uma mulher a permanecer em relacionamentos abusivos, muitas vezes relacionados a dependência econômica, emocional. Outra situação que é muito comum ocorrer é quando a mulher acaba permanecendo nesse relacionamento pensando em garantir melhores condições pros filhos. Entendo que a principal forma de romper esse ciclo de violência é justamente a mulher denunciar, caso contrário, tal situação poderá culminar em um feminicídio. Por isso, é importante, ficar a mulher atenta aos primeiros sinais de violência, seja física, psicológica, moral, patrimonial, dentre outras. Se ela já tiver ciência de que o que já está acontecendo com ela é violência doméstica, ela já deve denunciar, evitando assim que ocorra algo pior.

Tais: Como você se sente conduzindo esse espaço tão importante?

Rachel: Fiquei muito honrada e lisonjeada pela confiança pra indicação do meu nome pelos meus pares do Tribunal de Justiça, sei que é uma enorme responsabilidade estar à frente da Ouvidoria da Mulher, em especial pelo número alarmante de vítima de violência doméstica no estado do Espírito Santo, estatisticamente falando, igualmente nos demais estados desse país. E pra tanto, pretendo buscar parcerias e interagir com diversas outras Ouvidorias que estejam alinhadas com esses mesmos objetivos.

Tais: Muito Obrigada Desembargadora! Parabéns por mais esse elo entre o Judiciário e a Sociedade. Lembrando no Tribunal também existe a Coordenadoria das Varas de Violência Contra a Mulher, que acolhe denúncias e promove ações de conscientização ao longo do ano, inclusive a Semana Justiça pela Paz em Casa, que terá sua próxima edição em Agosto. Mas isso é assunto prum próximo episódio. Até lá, tchau, tchau.